



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

### PARECER JURÍDICO

**INTERESSADO:** Comissão de Licitação.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA CONFORME PORTARIA Nº 3.034 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019. DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE QUATIPURU/PA.

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA. INTELIGÊNCIA DO ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS. POSSIBILIDADE / LEGALIDADE. RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de parecer jurídico quanto à legalidade da minuta editalícia para a Contratação de empresa especializada para aquisição de cadeira odontológica completa conforme portaria nº 3.034 de 20 de novembro de 2019, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O referido serviço tem como objetivo atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Quatipuru/PA.

É o relatório. Passo a manifestação.

### 1. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Cumprido dizer que a licitação, por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucional (art. 2º da Lei nº 8.666/93), é regra para a Administração Pública, que deve escolher seus fornecedores ou prestador de serviços mediante prévio processo seletivo, assegurando condições de igualdade para as pessoas que do certame queiram participar.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

Desse modo, a Administração Pública ao necessitar adquirir produtos ou contratar algum tipo de serviço deve instaurar um processo de licitação, que é o instrumento legal colocado à sua disposição para fazer as escolhas das contratações de que necessita, devendo eleger, sempre, a proposta mais vantajosa ao atendimento do interesse público diretamente envolvido.

Há que se ter em mente que, o art. 22 da lei nº 8.666/93, estabelece diversas modalidades de licitação. Posteriormente, com o advento da Lei nº 10.520/02, foi instituída nova modalidade, denominada de Pregão. Na presente situação, observa-se que a modalidade escolhida foi o Pregão, na forma Presencial, e, para fins de Registro de Preços, nos termos do disposto no art. 15, II da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 (regulamento do sistema de registro de preços)

Inicialmente, é importante que se analise o Pregão Presencial como modalidade de licitação escolhida no presente caso.

Os procedimentos licitatórios são norteados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência (art. 37 da CF/88 e art. 3º da Lei nº 8666/93). Senão vejamos:

*Art. 3º da lei nº 8.666/93 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*Art. 37 da Constituição federal de 1988 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

Quanto à possibilidade da Administração Pública proceder à contratação de empresa por meio de registro de preços na modalidade pregão-menor preço por item, a Lei de Licitações estabelece em seu art. 15:

*Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*

*(...)*

**II - ser processadas através de sistema de registro de preços;**

*(...)*

**§ 1o O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.**

*(...)*

**§ 3o O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)** (grifamos)

Regulamentando o dispositivo legal supracitado, o Decreto n.º 7.892/2013, em seu art. 7º, *caput*, assim dispôs:

*Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou **na modalidade de pregão**, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.*  
*(...)* (grifamos)

Sabe-se que tal procedimento, previsto na Lei nº 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns.

Vejamos a definição dada pela lei ao norte aludida, *in verbis*:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

Neste sentido, fica cristalino, portanto, que a Administração Pública Municipal Quatipuru encontra-se vinculada aos preceitos constitucionais acima citados e especialmente aos dispositivos da Lei de Licitações e da Lei do Pregão.

Não obstante ao exposto é o entendimento jurisprudencial a possibilidade para a contratação de empresa especializada para a aquisição de material de expediente, senão vejamos:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 49.245 - RS (2015/0217187-0) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : EQUIPUS SUL EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ADVOGADO : LUIZ HENRIQUE MACHADO CORDEIRO - RS031079 RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PROCURADOR : BRUNO DE CASTRO WINKLER E OUTRO (S) - RS022063 INTERES. : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL INTERES. : GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS S/A DECISÃO ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS CONJUNTOS ODONTOLÓGICOS. VISTORIA REALIZADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ATESTA QUE O PRODUTO OFERTADO PELA EMPRESA VENCEDORA ATENDE AS EXIGÊNCIAS FEITAS NO EDITAL, CORROBORAÇÃO PELA PREGOEIRA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ORDEM DENEGADA. MANIFESTAÇÃO DO MPF PELO DESPROVIMENTO DO APELO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto pela EQUIPUS SUL EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquele Estado denegando a ordem nos termos da seguinte ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. RESPONSABILIDADE DO IMPETRADO PELO ATO ATACADO. LICITAÇÃO PARA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

AQUISIÇÃO DE TRÊS CONJUNTOS ODONTOLÓGICOS. VISTORIA REALIZADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ATESTA QUE O PRODUTO OFERTADO PELA EMPRESA VENCEDORA ATENDE AS EXIGÊNCIAS FEITAS NO EDITAL, CORROBORAÇÃO PELA PREGOEIRA. PRELIMINARES REJEITADAS. SEGURANÇA DENEGADA (fls. 375). 2. Nas razões recursais, a parte impetrante defende, em suma, que o equipamento oferecido pela GNATUS está em desacordo com as especificações do objeto previstas no edital, (a) por não possuir estofamento com a propriedade viscoelástica (na cadeira e no mocho) e (b) por ter refletor sem espelho multifacetado. 3. Contrarrazões apresentadas às fls. 421/429 e juízo positivo de admissibilidade às fls. 411/412. 4. O douto Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República GERALDO BRINDEIRO, manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 448/450). 5. É o relatório no essencial. 6. Consoante se depreende dos autos, o Tribunal de origem ao dirimir a controvérsia, entendeu pela inexistência de direito líquido e certo: **De acordo com o Edital de Pregão Presencial** TCE 28/2014, consta como especificações técnicas do objeto (fl. 39): Do Objeto Solicitação de aquisição de três Conjuntos Odontológicos completos e de acordo com a descrição seguinte: **Conjunto odontológico completo (cadeira, sistema de elevação, unidade auxiliar, equipo tipo kart, refletor e 01 mocho)**

(...)

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto pela EQUIPUS SUL EQUIPAMENTOS E PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. 9. Publique-se. 10. Intimações necessárias. Brasília (DF), 06 de novembro de 2017. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

(STJ - RMS: 49245 RS 2015/0217187-0, Relator: Ministro  
NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Publicação: DJ  
09/11/2017)

É estabelecido na minuta editalícia o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, fato este que tem respaldo na LC nº 123/2006, de modo que o tratamento diferenciado é dever da Administração Pública.

Nessa seara, é importante trazer à baila a transcrição dos dispositivos:

*Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, **deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte** objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.*

Ademais, a Lei Complementar nº 123/2006 que institui o estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, assegura este tratamento diferenciado, principalmente no que se refere a proposta apresentada pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que devem ser asseguradas no edital de licitação. Vejamos:

*Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.*

*§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.*

**§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

Desse modo, após leitura minuciosa do edital, nota-se que o art. 47 da Lei nº 8.666/93 e o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 estão devidamente consagrados na minuta do referido pregão. Assim sendo, nota-se que a minuta observa todas as leis e dispositivos de proteção a participação da microempresa e empresa de pequeno porte no processo do pregão presencial em tela.

Quanto às minutas dos documentos, ora em exame, denota-se que o edital é uma minuta-padrão elaborada em conformidade com as exigências legais contidas na Lei nº 10.520/02 (Pregão), dos Decretos Federais nos 3.555/00 (Regulamentação do Pregão) e Decreto nº 7.892/13 (Sistema de Registro de Preços), da Lei Complementar nº 123/06, Legislação do Estado do Pará nº 6.474/02 e do Decreto Estadual nº 876, de 29 de outubro de 2013 (Regulamento Estadual do Sistema de Registro de Preços).

Razão pela qual entende que o edital de pregão preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 3º, incisos I e IV, da Lei nº 10.520/02 c/c o art. 40, e respectivos incisos da Lei nº 8.666/93.

Quanto aos demais anexos, de igual forma, observa-se que o termo de referência contém, de forma clara e suficiente, as descrições sucintas do objeto e suas características, descrevendo os itens, estimativa de quantitativos e suas especificações, estando, portanto, apto a fornecer as informações necessárias e satisfatórias ao proponente para que ele possa oferecer a sua proposta nos moldes de que a Administração Pública necessita.

Assim, entende-se que as exigências dos dispositivos legais pertinentes foram atendidas, em especial, ao que dispõe o Inciso III do art. 4º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, que instituiu o Pregão, c/c Art. 40 da Lei nº. 8.666/93.

No que tange à regularidade da minuta do edital, conforme manda o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/931, destaca-se que este se encontra em conformidade com os parâmetros legais.

---

<sup>1</sup> Art. 38. (...) Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU PROCURADORIA MUNICIPAL

Vale destacar, ainda, que a Minuta em análise está em consonância com os requisitos do art. 4º da Lei do Pregão, haja vista que estão preenchidos requisitos como: a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários do procedimento; as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; as normas que disciplinarão o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.

Ainda, pode-se exemplificar entre as exigências legais, que se constata, principalmente:

- a previsão acerca do regime de execução contratual;
- a previsão sobre a obrigação, imposta à contratada, de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual;
- as previsões atinentes às sanções aplicáveis à contratada.

Tanto o edital como o contrato devem prever sanções à contratada com base na Lei nº 8666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, prevendo as sanções de advertência, multa, impedimento de contratar e licitar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Por fim, diante da análise, a Minuta do Edital de Licitação, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, verifica-se claramente os requisitos exigidos por lei.

### 2. CONCLUSÃO

Verificara-se presente a minuta contratual. Em análise, possui correta técnica redacional bem como não vislumbra esta Assessoria Jurídica a necessidade de modificações nas justificativas ou cláusulas do mesmo. Portanto, nada a opor.

Diante do exposto, manifesta-se a Assessoria Jurídica Municipal pela legalidade do procedimento e da minuta contratual, objetos de análise do presente instrumento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIPURU  
PROCURADORIA MUNICIPAL**

É o parecer.

Quatipuru-PA, 17 de fevereiro de 2020.



**MIGUEL BIZ  
OAB/PA 15.409-B**